

F I L O L O G I A C L A S S I C A ;
Q U E F U T U R O ?

O bacharelato e a licenciatura em Filologia Clássica fornecem a mão-de-obra necessária para o ensino secundário (preparatório, liceal e técnico) e ainda para preencher as vagas do respectivo curso nas Faculdades de Letras de Lisboa e de Coimbra.

Dentro da actual contestação e discussão dos métodos, ideias e objectivos de uma Faculdade de Letras, deprecia-se o conhecimento de línguas como o Latim e o Grego; rebaixa-se a cultura clássica; os fiéis leitores de Platão no original ou em tradução, são uns extravagantes; quem cita Horácio é admirado por possuir uma ciência livresca, compacta e inútil.

Infelizmente, com razão. Um aluno do ensino secundário que ingressa no curso de Filologia Clássica será, como futuro professor do ensino secundário e superior, com raras excepções, fiel depositário e reproduzidor mais ou menos consciente, de:

1º Um^{as} leituras antológicas (ocasionalmente monográficas), isto é, umas "flores" de alguns autores;

2º Um estudo esquemático e superficial de alguns géneros literários;

3º Um vocabulário que raramente ultrapassa a aquisição oral, a leitura da imprensa e do romance e (o que só desautoriza) da literatura de tradução;

4º A transmissão de uma cultura e de uma ideologia recuadas e nunca analisadas cientificamente.

Numa apreciação global, o estudante é candidato a professor, mas com perspectivas muito limitadas. No ensino secundário, sofre forte concorrência na disciplina de Portu-

guês e, no ensino superior, o decréscimo percentual de alunos de Filologia Clássica é uma consequência da progressiva diminuição de inscrições nas línguas clássicas, claramente desfavorecidas pela situação de "disciplinas de opção".

Em 1970, o Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, nomeou uma comissão composta por um professor de cada uma das Faculdades de Letras, respectivamente Maria de Lourdes Belchior, Maria Helena da Rocha Pereira e Orlando Ribeiro para Porto, Coimbra e Lisboa, comissão essa encarregada de coordenar informação relativa à reforma das Faculdades de Letras. Esse grupo foi alargado nos fins de 1973, procurando-se uma representação mais vasta dos estudos a professar numa Faculdade de Ciências Humanas.

Após o 25 de Abril, os estudantes e os sindicatos, bem como os organismos de poder popular, terão o direito de participar em futuras comissões para o mesmo fim, a única maneira de transformar uma Faculdade de escol numa Escola Democrática. Isso não aconteceu antes, mas os objectivos de transformação das Faculdades de Letras em Faculdades de Ciências Humanas eram já avançados para a época (de 1970 a 1974), ainda que integrados dentro do "reformismo recuado".

Tais objectivos eram os seguintes:

- 1º Preparar professores do ensino secundário e superior;
- 2º Preparar profissionais no campo das Ciências Humanas, nomeadamente psicólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos, etnólogos, etc.;
- 3º Preparar futuros diplomatas;
- 4º Bibliotecários, conservadores de museu, arquivistas, etc.;
- 5º Tradutores qualificados e consultores linguísticos;

- 6º Documentalistas;
- 7º Profissionais da imprensa;
- 8º Futuros leitores de Língua e Cultura Portuguesa;
- 9º Investigação;
- 10º Formação cultural.

Neste momento, as Faculdades de Letras estão muito longe de cumprir tais objectivos. Enraizou-se de tal maneira a noção de que a carreira docente era a finalidade prioritária e dominante, que se pensou criar uma Faculdade de Pedagogia destinada exclusivamente a esse fim, deixando à Faculdade de Letras o papel de parente pobre, orientada para uma pseudo-investigação científica. Se a Faculdade de Letras não tem estruturas para a investigação científica, destinando-se apenas a criar assistentes, presentemente alijados do fardo de preparar obrigatoriamente uma tese de doutoramento (ignorando o problema essencial, que é o da necessidade de um assistente ser assistido e orientado para esse fim, mas nunca por tutelares paternalistas e burocráticos), por que razão a Fundação Gulbenkian e o Instituto de Alta Cultura nunca assumiram esse papel, o de garantir a investigação permanente? Não é com Bolsas de Estudo e subsídios a Centros (fazemos gostosamente uma excepção para o Centro de Investigação Pedagógica), soluções temporárias, muitas vezes inseguras e, o que é mais grave, sujeitas a deformações de ordem burocrática e de auto-promoção, que se assegura a investigação científica.

Não esqueçamos que Portugal depende dos países de capitalismo de mercado. Em tais países, está entregue ao capital privado uma grande parte da despesa com a investigação científica e técnica, e esses investimentos são considerados produtivos, subordinam-se a uma rigorosa selecção no acesso ao

ensino superior e a necessidades prioritárias, determinadas, por exemplo, pela O.C.D.E.

Pelo contrário, nos países de socialismo de Estado, o ensino da filologia e da cultura clássica não é incluído nos dez anos de escolaridade obrigatória, mas as facilidades de acesso ao ensino superior e a elevada percentagem de estudantes oriundos das classes trabalhadoras, bem como o baixíssimo custo do material didáctico e a isenção quase total do pagamento de propinas, permite no ensino superior uma ampla divulgação da cultura clássica, de tal modo que num artigo de Imre Trencseny-Waldapfel, publicado na revista Das Altertum (1967), somos informados de que a vulgarização de autores gregos e latinos atinge milhares e milhares de exemplares lidos, traduzidos, apreciados. E isto na Hungria! O professor Ricardo Avallone, num artigo publicado em latim no vol. V (Nova Série) da revista Euphrosyne, compara amargurada - mente o declínio da língua e cultura latina em Itália com a pujança e atenção que lhes dedica a Roménia!

Esperamos, num próximo artigo, apresentar algumas sugestões realistas e adequadas à actual situação do ensino em Portugal.

MANUEL RAMOS RIBEIRO